

António Guerreiro

As poderosas argúcias da palavra literária*

Maria Velho da Costa deixou, em *O Livro do Meio* (2006), escrito a meias com Armando Silva Carvalho, um curioso registo de nascimento que transforma a história em destino: “Nasci na madrugada de 26 [de Junho: o mês tinha sido referido algumas linhas atrás], às três da manhã, um domingo. A *Sunday Child*, dizem os ingleses que é criança solar”. É interessante lembrar que uma lenda popular cristã também nomeia as “crianças de domingo”, atribuindo-lhe poderes sobrenaturais, tais como o de compreender a língua dos pássaros. A arte de mimetizar linguagens que não eram as do seu meio foi uma faculdade que desenvolveu e explorou com uma aguda consciência da matéria linguística investida na palavra literária. A criança de domingo, quando já era uma escritora reconhecida e prestigiada, utilizou uma expressão em *Casas Pardas* (1977), que vale por um conceito hiperbólico: “crioulo galáctico”. Este conceito traduz a capacidade de recodificar e universalizar linguagens nascidas em ambientes culturais e sociais restritos ou marginais, linguagens que muitas vezes emergem de diferenças e conflitos sociais ou de clivagens históricas. E isso foi bem visível desde o seu primeiro romance, *Maina Mendes*, de 1969. É verdade que se estava em plena época de experimentação textual e de atenção privilegiada ao significante (para utilizarmos a metalinguagem que tinha triunfado), às vezes próxima de uma exasperação barroca. Mas em nenhum momento Maria Velho da Costa se deixou arrastar para qualquer dimensão gratuita, inócua, ou para o ludismo virtuoso sem consequências. Muito embora tenha experimentado em *Irene ou o Contrato Social* – um título que a autora classificou de “sardónico” – entrar num “jogo arriscado” (disse-o numa entrevista, sem especificar o sentido desse risco, mas podemos intuir que se refere ao facto de esse livro ser uma espécie de fábula que representa um forte cepticismo em relação a um contrato social da literatura).

Praticou a carnavalização das linguagens, integrou uma enorme variedade de sociolectos, exibiu uma vocação literária que poderíamos dizer que é de ordem babélica, mas não foi auto-complacente com os seus virtuosismos e sempre os pôs ao serviço de uma escrita narrativa que construiu poderosos universos colectivos e pessoais. Em toda a sua obra, mas com uma força excepcional nos seus dois últimos romances, *Irene ou o Contrato Social* (2000) e *Myra* (2008), podemos apreciar a incidência social sem sociologismos e o alcance político sem conteudismos enfraquecedores ou mensagens transparentes. Podemos dizer, sem grandes hesitações, que neste seu último romance a linguagem reinventa-se e manifesta-se num estado próximo do delírio. Myra, a protagonista, é uma adolescente russa, em Portugal, que empreende uma viagem de regresso, em direcção ao Leste, ao longo da qual atravessa

diferentes linguagens e diversos discursos sócio-ideológicos. Nessa espécie de viagem iniciática ao contrário, Myra situa-se numa posição de estrangeira, de pária, de descentrada em relação à língua materna. Por conseguinte, o dialogismo deste romance – e a arte do romance de Maria Velho da Costa tem características dialógicas ou polifónicas – é também o da Babel de línguas (russo, alemão, inglês) a que se junta a Babel dos sociolectos. E a coroar tudo isto, como uma espécie de esperanto, temos o crioulo.

Sempre se manteve fiel a uma concepção da literatura que recusa as alienações ideológicas e políticas. Mais do que isso: a palavra literária foi, para ela, uma subversão do discurso gnómico e tético. Talvez por isso, recusou com veemência o estatuto de intelectual ou de escritora de ideias. E, numa entrevista, chegou mesmo a reclamar: “Não escrevo para transmitir ideias” e “Não sou nada programática nem tenho a mínima intenção de resolver problemas sociais com aquilo que escrevo. Se tivesse, escrevia ensaios ou tinha uma actividade cívica e política mais intensa”. Já por altura das *Novas Cartas Portuguesas* (1972) reivindicou uma atitude em relação à escrita literária que rejeitava a sua redução a mero veículo. E isso tornar-se-ia a razão suficiente para sentir alguma incomodidade perante esse livro que deu origem a um clamor internacional por causa do acto de censura a que a polícia política o submeteu. Nas visões retrospectivas do seu percurso literário, quando foi solicitada a falar do conjunto da sua obra, várias vezes manifestou uma certa distância em relação a esse livro colectivo. Sem o renegar, mas manifestando alguma impaciência quando via o seu nome de escritora amplificado pelos ecos extra-literários que a publicação desse livro provocou, tornou bem claro que não era como uma das “três Marias” que gostava de ser referida.

Maria Velho da Costa foi uma escritora intensa e de intensidades. Não foi uma autora prolífera, em nenhum momento do seu percurso teve uma produção abundante e sempre houve longos intervalos entre as suas publicações. Por exemplo, entre o romance *Missa in Albis* (1988) e o livro que veio a seguir, um volume de contos intitulado *Dores*, com reprodução de telas de Teresa Dias Coelho, houve um hiato de seis anos. Desse longo intervalo, nasceram histórias de uma luz negra e de momentos terminais. Esse tom não foi de modo nenhum uma surpresa: mesmo quando parece mais solar e indulgente, a escrita de Maria Velho da Costa nunca deixa de ser negra e cruel, há nela uma força de engendramento que está vinculada à consciência do mal, cujos desígnios ela parecia conhecer como nenhum outro escritor português contemporâneo. A literatura e o mal, os dois termos de uma equação que Bataille formulou para alguns autores da literatura francesa, também faz parte dos “cálculos” da escritora Maria Velho da Costa: o mal foi, de maneira recorrente, a sua “matéria de Bretanha”. Ao ponto de entrar com gáudio na deleitação imoral, como acontece em *O Livro do Meio*, quando se apropria – fazendo disso uma arma que exhibe ao seu interlocutor, Armando Silva Carvalho – de uma tirada imoralista de Madame de Merteuil, a libertina de *As Ligações Perigosas*: “Posso bem passar sem as qualidades que não tenho”.

Fácil é assim perceber que uma das razões da sua admiração por Agustina Bessa-Luís, que considerava “a autora da grande obra novelística da literatura portuguesa deste século”, era a “compaixão distanciada” da autora da *Sibila*, para a qual, disse Maria Velho da Costa

numa entrevista, “os seres humanos são muito interessantes, mas são paisagística. Ela está interessada em divertir, encantar, ridicularizar, vingar-se”. Para logo a seguir acrescentar: “Devo dizer que, neste aspecto, não estou assim tão distante”. Outro génio do mal pelo qual teve uma grande admiração é João César Monteiro. É aliás o cinema que suscitou os seus maiores entusiasmos artísticos: “porque integra simultaneamente todas as artes, sejam elas a pintura, a música, a literatura, etc.”

Mas também afirmou a sua grande admiração por escritores em relação aos quais não tinha quaisquer afinidades electivas, mostrando assim o quanto era abrangente. Por exemplo, Maria Gabriela Llansol, autora de “objectos insólitos e singularíssimos”. Na posição mais elevada do seu panteão, estavam Camões e Guimarães Rosa. A inclusão deste autor maior da literatura brasileira do século XX é fácil de perceber: ele praticou como mais ninguém na literatura de língua portuguesa a acumulação não hierárquica das linguagens. Concluiu na perfeição o trabalho linguístico, a dimensão cognitiva e a técnica narrativa mais apurada. Foi também a esta tripla exigência que Maria Velho da Costa tentou responder com o sentido de que não há grandes clivagens entre a ética e a estética – uma lição aprendida em autores decisivos do modernismo literário.

O Livro do Meio é, de certo modo, um objecto insólito na obra de Maria Velho da Costa e cumpre, nalguns aspectos, uma função autobiográfica ou de livro de memórias. Recupera processos do romance epistolar, mas não se trata de uma correspondência cordial entre dois amigos e cúmplices, ambos dados à crítica afiada e à observação satírica e até jocosa, ministradas em requintada linguagem. Há momentos de guerra, teatralizada à maneira dos dois libertinos de *Ligações Perigosas*, a Madame de Merteuil e o Visconde de Valmont, os quais comparecem a todo o momento como figuras de evocação. E o motivo é uma diferença de classes, que Maria Velho da Costa tenta esbater, ao mesmo tempo que a suscita como tema da sua troca epistolar. A resposta que obtém é a de um desclassificado social de nascimento – Armando Silva Carvalho – que entra satiricamente e a contragosto neste jogo da luta de classes e de distinções simbólicas: a menina lisboeta de boas famílias do lado do pai (um militar, neto do último morgado da Messejana), escolarizada num colégio de freiras, o Colégio das Escravas, na Lapa, até quase ao fim do último ciclo do Colégio, antes da entrada na Universidade, contra o menino da aldeia, nascido em ambiente rural e educado na escola pública. Quem percorrer com atenção toda a obra literária da escritora descobre facilmente o *leitmotiv* da classe, dos seus códigos e sinais de reconhecimento. É uma marca profunda, sempre a retornar, como o recalcado, aquela que foi inscrita na menina e adolescente Maria de Fátima de Bivar Velho da Costa nesses anos do colégio frequentado pelas meninas da elite social e financeira de Lisboa. Foi aí, e não em casa, que ganhou uma consciência aguda do sistema social das castas.

Só por contingência conjugal, o casamento aos 23 anos com Adérito Sedas Nunes, que fazia parte dos meios católicos de esquerda, é que esteve próxima dos círculos intelectuais. Foi aí que completou uma deficiente formação artística e literária. Também nunca empunhou com força e convicção a bandeira ideológica do feminismo. E pôde até arriscar afir-

mações que se aproximam da visão essencialista da mulher e da sua relação íntima com uma suposta “natureza”. Ouvimo-la dizer, numa entrevista, em 2001, depois de *Irene...* ter ganho o Prémio do Romance e Novela da APE: “As figuras femininas estão potencialmente mais próximas da fala elementar, das relações com os animais, com as crianças e, eventualmente, em situação trágica, levantam mais facilmente a cabeça para a linguagem cósmica. Há potencialmente uma labilidade maior na consciência feminina do que na masculina”.

Mas o seu modo de se pôr à distância de certos ambientes ideológico-políticos e de pessoas que frequentou nunca é um renegar ressentido. Por exemplo, por algum tempo, breve, aderiu ao Partido Comunista. Mas saiu logo em 1977, sem dramas nem traições. Diríamos, se tentássemos imitar a sua linguagem, sem inépcias nem malfetorias, por “incoincidência”. Incoincidências, terá muitas, até com grandes amigos. De certo modo, *O Livro do Meio*, ao contrário do que possa parecer, é também a história de uma “incoincidência” com o amigo Armando Silva Carvalho. Era uma amizade que dava luta e originava tensões. Muito produtiva, portanto, como ficou demonstrado. De resto, em matéria de afectos, Maria Velho da Costa tem uma história de grandes investimentos e iguais desinvestimentos. As pequenas glórias que o mundo literário e artístico faculta nunca substituíram as suas necessidades afectivas, embora, como é natural, tivesse sido nesse mundo que encontrou muitos dos seus amigos: a Sophia, a Menez, o Manuel Gusmão, o Armando, a Margarida Gil, o César Monteiro, a Isabel Allegro de Magalhães. Mas, como regra a seguir, nunca teve dúvidas de que os afectos são flutuantes e de que admiti-lo é um princípio de prudência e uma prova de auto-consciência. “Os Afectos Flutuantes”, lembremos, é precisamente o título de um capítulo de *O Livro do Meio*, onde Maria Velho da Costa mostra que a literatura foi, para ela, a actividade mais inócua e, ao mesmo tempo, um exercício de pura maldade.

* Este texto integra algumas partes já publicadas na *Revista Electra*, nº 3, de 2018.